## PROCEDIMENTO ARBITRAL CCI 23433/GSS/PFF

## CORTE INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM

**MANIFESTAÇÃO CONJUNTA SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE APLICAÇÃO DE MULTAS NÃO QUITADAS E DE VERBAS DE FISCALIZAÇÃO**

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR-153 S/A

(Requerente)

x

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

(Requerida 1)

União

(Requerida 2)

**TRIBUNAL ARBITRAL**

Anderson Schreiber

Patrícia Ferreira Baptista

Sergio Nelson Mannheimer

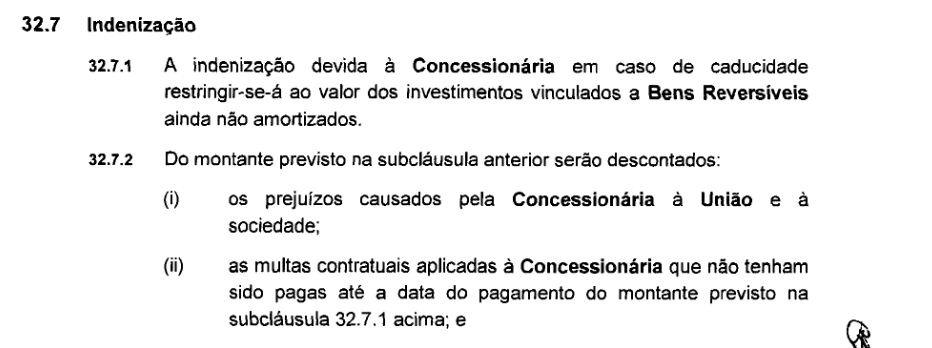
1. A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT** e a **UNIÃO FEDERAL**, respectivamente Requerida 1 e Requerida 2 no procedimento arbitral em epígrafe, em atendimento ao prazo concedido na Ordem Processual nº 09, de 16 de abril de 2021, vem expor e requerer o seguinte.
2. Por meio da OP n° 09, o Tribunal Arbitral deliberou sobre os pontos controvertidos a serem submetidos à instrução probatória, à luz do quanto decidido em Sentença Arbitral Parcial datada de 10 de setembro de 2020.
3. Preliminarmente, é oportuno repisar que a Sentença Parcial proferida pelo *i*. Tribunal Arbitral julgou **procedentes os pedidos formulados pela REQUERIDA 2 (UNIÃO) nos itens “ii” e “viii”, do parágrafo 355 de sua Reconvenção** e parcialmente procedente o pedido formulado no item “vii” do mesmo parágrafo da manifestação, para **condenar a REQUERENTE ao pagamento** (a) **das multas administrativas aplicadas pela REQUERIDA 1, ainda não quitadas**, (b) dos **valores não pagos a título de verba de fiscalização** e (c) das perdas e danos comprovadamente sofridas pela REQUERIDA 2 com extinção da concessão por caducidade, tudo a ser liquidado na segunda fase do presente procedimento arbitral.
4. Na oportunidade, em decorrência da insurgência da Requerente sobre a liquidação dos valores referentes às multas administrativas e verba de fiscalização, o Tribunal Arbitral considerou que existe controvérsia no que diz respeito aos valores devidos. Por um lado, as Requeridas sustentam que no documento R1-29 há a relação atualizada (até 31/01/2021) das multas e verbas de fiscalização. Por outro lado, a Requerente reconhece apenas a parte desses valores que constam na tabela do § 198 do Relatório Final da Comissão Processante (doc. R1-27), referenciados na seção 5.2.1 do “Parecer sobre Critérios de Indenização para o Contrato da Rodovia BR-153”, elaborado pela GO Associados (doc. A-07).
5. Nesse sentido, o Il. Tribunal Arbitral resolveu “*determinar a apresentação de cópias dos processos administrativos que embasaram a aplicação e posterior acréscimo ao cálculo das multas administrativas e das verbas de fiscalização pelas Requeridas, bem como quaisquer outros documentos que as Partes entendam pertinentes para que seja dirimido este ponto controvertido, até o dia 31 de maio de 2021*”.
6. Tendo isso em vista, passa-se à manifestação das Requeridas quanto a esse ponto controvertido.

**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE – SUINF**

1. A fim de afastar qualquer dúvida em relação aos valores devidos pela Requerente à título de multas e verbas de fiscalização, é preciso repisar os termos do Relatório Final da Comissão Processante (doc. R1-27). Consta naquele documento que em 02 de janeiro de 2017 a Gerência de Fiscalização e Controle Operacional de Rodovias – GEFOR/SUINF/ANTT identificou a existência de 39 Processos Administrativos Simplificados - PAS, que, à época, eram instruídos pela Agência Reguladora.
2. Os 39 processos autuados configuravam um montante **estimado** de R$ 41.976.551,89, a valores iniciais de maio de 2012, com a ressalva, na ocasião do Relatório, de que “*os processos que tratam de multas moratórias deverão ter* ***seu valor de multa atualizado*** *quando da decisão final, pois a contagem de tempo persiste até a completa cessação da infração correspondente*”.
3. Além disso, constou expressamente no §197 do referido Relatório que “*a título de indenização, em conformidade com o Parecer n° 01705/2016/PF-ANTT/PGF/AGU, não é possível promover o desconto de valores de multas decorrentes de infrações ainda em apuração ou ainda pendentes de análise de defesa ou recurso pela ANTT*”.
4. É precisamente nesse ponto que a Requerente, equivocadamente, sustenta que o disposto no referido parágrafo indicaria a impossibilidade de incluir como valor a ser descontado de indenização a ela eventualmente devida as multas que não tivessem transitado em julgado no momento da declaração de caducidade da concessão, ou seja, em 15 de agosto de 2017.
5. Esse entendimento, como se vê, revela-se deturpado, afigurando-se, numa primeira análise, como uma clara tentativa de afastar indevidamente sua responsabilidade pelos descumprimentos contratuais constatados no curso da vigência do contrato. Noutra medida, numa via flagrantemente descabida e sem qualquer respaldo normativo, busca a Requerente suplantar o ilógico entendimento de que a declaração de caducidade subtrai o dever de a Administração Pública dar andamento aos processos administrativos decorrentes de atos anteriores aferidos no curso da execução do ajuste firmado.
6. Por óbvio, é forçoso perceber que a manifestação técnica emitida apenas constatou que as multas cujos processos não estavam, **à época**, transitados em julgado não eram **valores líquidos e certos**, motivo pelos quais, até a data de trânsito em julgado, não poderiam ser elencados para fins do cálculo do desconto de eventual indenização.
7. Quanto às parcelas de verbas de fiscalização, os valores adicionais apresentados em relação àqueles constantes do Relatório Final da Comissão Processante decorrem do transcurso de tempo existente entre o marco temporal considerado no relatório, qual seja, novembro de 2016, e a data da declaração de caducidade, em 15 de agosto de 2017, atualizadas conforme proclama as normas de regência. Veja-se, inclusive, que a **cláusula 15.9 do Contrato é cristalina no sentido de determinar que o recolhimento dessas verbas é devido até o fim do prazo do Contrato.**
8. Não bastasse as razões lógico-jurídicas de tal conclusão, a construção semântica da manifestação técnica destaca a condição temporal incidente na avaliação na época de sua feitura, contextualizando a discussão com uso da expressão adverbial “**ainda**”[[1]](#footnote-2). Havia, assim, limitações à eventual compensação de multas ainda discutidas em sede administrativa – sujeitas, portanto, à alteração - que persistiriam apenas enquanto perdurar o processo até o trânsito em julgado.
9. Nesse sentido, o § 200 do Relatório informa que a área técnica da ANTT, *em estrito cumprimento de suas obrigações regulamentares,* continuaria apurando eventuais infrações cometidas e instaurando novos processos de penalidades por eventuais descumprimentos, enquanto o Contrato permanecesse vigente. De forma ainda mais enfática, o § 211 do Relatório aponta que os valores ali indicados têm caráter preliminar, com natural possibilidade de inclusão de valores adicionais de multas referentes a processos administrativos transitados em julgado ou em razão dos efeitos da inflação.
10. Cristalinas, portanto, as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante (doc. R1-27) que, ao contrário do que tenta fazer crer a Requerente, não fossiliza a atuação da Entidade Reguladora na apuração dos valores de multas e infrações constatados durante a execução do Contrato de Concessão firmado entre as Partes.

**REGULARIDADE DAS PENALIDADES DE MULTAS APLICADAS**

1. Afora o contexto apresentado acima, é importante aprofundar na questão relativa à confusão jurídico-temporal da construção sustentada pela Requerente de que “*não é possível a aplicação da penalidade de multa posteriormente à extinção contratual determinada por caducidade*”.
2. Além de respaldar esse entendimento em uma leitura equivocada do disposto no § 197 do Relatório Final da Comissão Processante (doc. R1-27), conforme esclarecido alhures, a Requerente também o esteia a partir de sua interpretação – *também* *equivocada* - do art. 38, *caput*, da Lei n° 8.987/1995, e no art. 65, da Resolução ANTT n° 5.083/2016.
3. Com relação ao art. 38 da Lei n° 8.987/1995, é imperioso constatar que a norma não prevê qualquer relação de prejudicialidade entre a apuração e aplicação de penalidades de multas relativas a fatos anteriores e a declaração de caducidade. Da leitura do disciplinamento legal pode-se aferir que a única relação existente entre os dois institutos decorre da qualificação do inadimplemento de penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos, como uma das hipóteses que autorizam a aplicação da caducidade. Trata-se, como se vê, de relação causal entre o inadimplemento reiterado e sistemático – que denota inclusive o grau de ineficiência da concessionária - e a caducidade – enquanto resultado desse quadro de descumprimento, inexistindo qualquer determinação ou premissa que possa levar à conclusão de que a aplicação da caducidade inviabiliza a execução dos valores aplicados decorrentes dos descumprimentos anteriormente atestados.
4. A declaração de caducidade do contrato de concessão insere-se no âmbito da discricionariedade do Poder Concedente, o que revela sua clara vinculação ao dever de proteção do interesse público. Ou seja, mesmo que haja descumprimento contratual, caberá ao Poder Público, à luz das circunstâncias concretas e das alternativas disponíveis, declarar ou não a caducidade do contrato. Sendo decisão discricionária, não pode ser considerada sanção, cuja aplicação, quando cabível, constitui ato vinculado, de observância obrigatória.
5. Nessa medida, a decisão pela caducidade de um contrato de concessão nada tem de intenção punitiva em sua essência, até por ser medida prejudicial a todas as partes envolvidas. A decisão pela caducidade parte sempre de uma ponderação (de natureza política) acerca da melhor forma de proteger o interesse público: se com a manutenção do contrato, mesmo diante do inadimplemento da concessionária, ou se com a sua extinção e consequente assunção do serviço pelo poder concedente ou busca de um novo parceiro privado. A caducidade é, portanto, um direito potestativo de titularidade pública que permite a rescisão unilateral de um contrato em razão do descumprimento das obrigações pela concessionária.
6. Nessa linha, o instituto da caducidade tem uma relação muito próxima com o instituto da resolução contratual, do Código Civil, pelo qual cabe sempre à parte lesada pelo inadimplemento a escolha entre pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento (art. 475). A decisão de rescindir (ou declarar a caducidade) o contrato é sempre discricionária, avaliada pela parte lesada à luz das outras alternativas disponíveis, dentre elas o interesse na continuidade contratual e a expectativa de reversão do inadimplemento. Em um contrato privado, quando uma das partes se torna inadimplente, a parte prejudicada pelo inadimplemento pode pedir a rescisão contratual, e nisso não estará buscando outra coisa que não a proteção de seu próprio interesse. Não há intuito punitivo, de castigar a parte contrária, mas simples preservação de interesse próprio.
7. Nesse ideário, se equivoca novamente a Requerente ao alegar a aventada relação de prejudicialidade com base do art. 65 da Resolução ANTT n° 5.083/2016. O dispositivo regulamentar – assentado na natureza discricionária da caducidade acima indicada - é de clareza solar ao facultar à Diretoria Colegiada da ANTT a possibilidade de aplicar a pena de multa nos casos em que o contrato prevê a aplicação da penalidade de suspensão, cassação, decretação de caducidade da outorga ou declaração de inidoneidade, desde que consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do infrator e a reincidência. **Novamente, ao contrário da hipótese de prejudicialidade idealizada pela Requerente, a norma regulamentar permite a substituição justificada da caducidade pela aplicação de multa, e não o contrário**.
8. Frise-se, doutro modo, que no que concerne às penalidades de multa anteriores decorrentes de descumprimentos da concessionária previamente previstos nas cláusulas contratuais e/ou nas normas regulamentares, não há qualquer faculdade de disposição pelo Poder Público acerca de sua apuração e quantificação, tratando-se, portanto, de ato indisponível e vinculado. O que a declaração de caducidade da concessão limita, por óbvio, é a apuração de fatos novos, uma vez que a partir de tal marco deixou de existir uma relação jurídica contratual entre as partes.
9. À vista disso, **não deve prosperar a infundada alegação induzida pela Requerente de que a caducidade “substitui” as penas de multa fundadas em atos anteriores. À luz desse objeto, consideram-se devidas todas as penalidades de multa aplicadas até a data de extinção do Contrato, uma vez que, até tal momento, a Requerente mantinha uma relação jurídica com o Poder Concedente e estava sujeita, para todos os efeitos, à disciplina contratual e normativa incidentes.**
10. Nesse linha, é forçoso perceber que o Contrato de Concessão, reverberando a previsão do § 5º, do art. 38 da Lei n° 8.987/1995, reforça a tese aqui defendida, senão vejamos a previsão da cláusula 32.7.2 (ii) (doc. R2-01):



1. Ao prever o desconto das multas contratuais na eventual indenização de bens reversíveis decorrentes da caducidade, por óbvio, a disposição rechaça a frágil defesa de substituição apresentada pela Requerente.
2. Apenas para reforçar a legalidade desse entendimento, trazemos à baila a nova regulamentação da ANTT que endereçou o tema, a Resolução n° 5.935, de 27 de abril de 2021 (estabelece as diretrizes e regras do processo administrativo de extinção dos contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária por inadimplência previsto no art. 38, § 2º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT). O art. 16 dessa Resolução é patente em corporificar tal construção ao prever que “*enquanto não for extinto o contrato de concessão, ficam mantidas as obrigações nele previstas e as medidas de fiscalização a serem aplicadas em caso de descumprimento*”.

**ATUALIZAÇÃO DOS VALORES NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE**

1. Em relação ao *posterior acréscimo ao cálculo das multas administrativas e das verbas de fiscalização* cumpre ressaltar brevemente alguns dos aspectos do procedimento de atualização desses valores e os seus fundamentos legais.
2. Em relação aos créditos decorrentes de multas, a Resolução ANTT nº 5.083/2016 disciplina o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.
3. Em apertada síntese, nos termos da norma em epígrafe, as infrações puníveis com as penalidades de advertência ou multa serão apuradas mediante Processo Administrativo Simplificado – PAS que, após notificação do infrator, será encaminhado à decisão do Gerente responsável, submetida à recurso no prazo regulamentar (arts. 62 a 85, da Resolução ANTT nº 5.082/2016). O normativo prevê ainda que proferida decisão final, o infrator será notificado para pagamento da multa fixada e que, no caso de não pagamento na data indicada, *serão acrescidos juros e multa de mora, calculadas nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, conforme previsto no art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002* (art. 85, § 4º), bem como que *a inadimplência constitui condição hábil e suficiente para a inscrição do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e Dívida Ativa* (art. 87).
4. Nessa medida, em atendimento à normatização vigente, quanto à correção de débitos não adimplidos com a Administração/Fazenda Pública aplica-se o disposto no art. 39, § 4º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 c/c art. 2º, § 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 c/c art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 c/c art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Incide, ainda, quanto aos encargos legais, no caso da inscrição na Dívida Ativa, o disposto no Decreto-Lei nº 1.025, de 1969 c/c art. 37-A da Lei nº 10.522, de 2002. Vejamos:

**Lei nº 4.320/1964**

"Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

...

§ 4º - **A receita da Dívida Ativa abrange os créditos mencionados nos parágrafos anteriores, bem como os valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo** de que tratam o art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o art. 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)"

**Decreto-Lei nº 1.025/1969**

"Art 1º É declarada extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida da União, a que se referem os artigos 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 1º, inciso II, da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, **passando a taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo executado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União**. (Vide Decreto-lei nº 1.407, de 1975) (Vide Decreto-lei nº 1.569, de 1977) (Vide Decreto-lei nº 1.645, de 1978) (Vide Decreto-lei nº 1.893, de 1981) (Vide Decreto-lei nº 2.163, de 1984) (Vide Decreto-lei nº 2.331, de 1987) (Vide Lei nº 7.450, de 1985)"

**Lei nº 6.830/1980**

"Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

...

§ 2º - **A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato**."

**Lei nº 9.430/1996**

"Art. 5º ...

...

§ 3º As quotas do imposto **serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subseqüente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento**.

...

Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, **não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso**. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subseqüente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.

§ 3º **Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento**. (Vide Medida Provisória nº 1.725, de 1998) (Vide Lei nº 9.716, de 1998)"

**Lei nº 10.522, de 2002**

"Art. 37-A. **Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de juros e multa de mora, calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais**. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 1o **Os créditos inscritos em Dívida Ativa serão acrescidos de encargo legal, substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União**. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)"

1. Ante as determinações cogentes da legislação, a área técnica da Requerida 1 apresenta planilha detalhada sobre os valores de multas devidos à data de 31/05/2021 (Doc. R1-30) e de verbas de fiscalização atualizadas até 26/02/2021 (Doc. R1-31).

**NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES NO MOMENTO DE EVENTUAL DESCONTO**

1. Delineadas todas as questões subjacentes aos valores que deverão compor o montante o desconto de eventual indenização devida à Requerente, **haja vista se tratarem de valores não quitados**, abaixo são apresentadas algumas considerações sobre alguns dos montantes apurados pelas Requeridas, conforme processos administrativos que foram anexados à presente manifestação (R1xx a R1xx).
2. De acordo com as manifestações da área técnica da ANTT (R1-30 e R1-31), os valores, consolidados, devidos a título de multas totalizam R$ 71.249.867,51 (setenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos) e os valores devidos a título de verbas de fiscalização somam o montante de R$ 27.774.488,02 (vinte e sete milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dois centavos).
3. Esses valores compreendem a atualização **momentânea**, nos termos indicados no item acima, dos valores referentes aos 34 processos administrativos e dos valores referentes às parcelas de verba de fiscalização não pagas enquanto vigente o Contrato de Concessão, indicados no Despacho da área técnica da ANTT proferido em 08 de fevereiro de 2021 (R1-29).
4. Cabe pontuar que, como visto alhures, até eventual extinção do crédito devido, seja por pagamento ou por desconto em eventual indenização, a legislação impõe o incremento legal de valores dos débitos inadimplidos.
5. Essa nova atualização dos valores está explicada detidamente em Despacho da área técnica da ANTT de 26 de maio de 2021 – DESPACHO SUROD 6460284 (R1-32).
6. Ali consta que no processo n° 50500.429409/2016-17, o valor da penalidade foi acrescido de encargos legais, a partir de sua inscrição na Dívida Ativa, ocorrida em 22 de março de 2021. À época da apresentação do R1-29, em fevereiro de 2021, o referido crédito ainda não havia sido inscrito na Dívida Ativa. Esse valor consta no R1-29 como sendo R$ 625.888,02 e na tabela anexa a esta petição como sendo R$ 754.391,65, nos termos da atualização decorrente do estágio do crédito.
7. Em outros dois processos os valores discutidos ainda não estão inscritos na Dívida Ativa, quais sejam, os Processos n°s 50500.329518/2016-35 e 50500.001610/2017-14. No primeiro, houve a interposição de pedido de reconsideração pela Requerente, cuja análise ainda está pendente pela Agência. No segundo processo, embora haja decisão definitiva, a sua inscrição em Dívida Ativa ainda depende da verificação de requisitos pela Agência. No processo n° 50500.329518/2016-35, inclusive, já houve uma alteração do valor indicado no R1-29 (R$ 10.000.000,00) em razão do acréscimo de juros e multa de mora pelo não pagamento da data de vencimento, motivo pelo qual seu valor passou a constar, na data-base de maio de 2021, como sendo R$ 12.141.000,00. Até a data da apresentação desta petição, os valores referentes a esses processos não foram inscritos em Dívida Ativa.
8. Diante do quanto explanado acima, é curial deixar assente que os valores definitivos das multas e verbas de fiscalização devidas devem sofrer nova atualização ao tempo de eventual desconto, levando em consideração o estágio do crédito e a incidência das normas em vigência.

**DAS CONCLUSÕES E PEDIDOS**

1. Ante o exposto, as requeridas requerem:
2. A juntada das cópias dos processos administrativos que embasaram a aplicação e posterior acréscimo ao cálculo das multas administrativas aplicadas pela ANTT, conforme indicados na Lista Atualizada de Documento anexada a essa manifestação (R1xx a R1xx); e
3. Sejam dados como liquidados os valores das multas administrativas e valores devidos a título de verba de fiscalização, que deverão, após nova atualização no momento oportuno, ser compensados em caso de eventual indenização devida à Requerente.

Brasília/DF, 30 de junho de 2021.

|  |  |
| --- | --- |
| **KALIANE WILMA CAVALCANTE DE LIRA**  Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres | **PAULO ROBERTO AZEVEDO MAYER RAMALHO**  Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Infraestrutura |
| **JÚLIA THIEBAUT SACRAMENTO**  Núcleo Especializado em Arbitragem da AGU | **ANA PAULA AMENO SOBRAL**  Núcleo Especializado em Arbitragem da AGU |
| **ARISTHÉA TOTTI SILVA CASTELO BRANCO DE ALENCAR**  Núcleo Especializado em Arbitragem da AGU | **PAULA BUTTI CARDOSO**  Coordenadora do Núcleo Especializado em Arbitragem da AGU |
| **ROBERTA NEGRÃO COSTA WACHHOLZ**  Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres | **JONAS RODRIGUES DA SILVA JUNIOR**  Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres |
|  |  |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Índice de documentos juntados pela requerida ANTT** | |
| **Número** | **Descrição** |
| **Resposta às Alegações Iniciais** | |
| R1-01 | Voto DEB nº 043, de 23 de junho de 2017 |
| R1-02 | Deliberação ANTT nº 138, de 23 de junho de 2017 |
| R1-03 | Nota Técnica nº 2/2017/CGEA/DOUT/SNTTA-MTPA, de 21 de julho de 2017 |
| R1-04 | Parecer nº 00500/2017/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, de 26 de julho de 2017 |
| R1-05 | Decreto Presidencial (Sem Número), de 15 de agosto de 2017 |
| R1-06 | Memorando nº 190/2016/GEPRO/SUINF, de 24 de junho de 2016 (fls. 31/35) - Projetos executivos |
| R1-07 | Memorando nº 103/2016/GEROR/SUINF, de 01 de julho de 2016 (fls. 41/42v) - Verba de fiscalização, garantia de execução contratual, seguro de riscos operacionais e seguro de responsabilidade civil geral |
| R1-08 | Nota Técnica nº 119/GEROR/SUINF/2016, de 28 de junho de 2016 (fls. 43/49) - Garantia de execução contratual, seguro de riscos operacionais e seguro de responsabilidade civil geral |
| R1-09 | Parecer Técnico nº 23/2016/GEROR/SUINF, de 27 de junho de 2016 (fls. 50/54) - Verba de fiscalização |
| R1-10 | Memorando nº 209/2016/GEPRO/SUINF, de 01 de julho de 2016 (fl. 70) - Faixa de domínio e meio ambiente |
| R1-11 | Nota Técnica nº 028/2016/GEPRO/SUINF, de 28 de junho de 2016 (fls. 76/82v) - Licenciamento e estudos ambientais |
| R1-12 | Nota Técnica nº 029/2016/GEPRO/SUINF, de 28 de junho de 2016 (fls. 83/85) - Uso e ocupação da faixa de domínio |
| R1-13 | Memorando nº 705/2016/GEINV/SUINF, de 01 de julho de 2016 (fls. 91/98) - Projetos, obras, planejamento anual, aparelhamento da PRF, desapropriação, estudo ambiental, remoção de interferência e desapropriação |
| R1-14 | Memorando nº 258/2016/GEFOR/SUINF, de 13 de julho de 2016 (fls. 108/109) - Obras, parâmetros técnicos, de qualidade e de desempenho do PER |
| R1-15 | Parecer Técnico nº 122/2015/GEFOR/SUINF, de 19 de julho de 2015 (fls. 110/117v) - Parâmetros de desempenho - 6º mês |
| R1-16 | Parecer Técnico nº 156/2015/GEFOR/SUINF, de 27 de agosto de 2015 (fls. 118/128v) - Parâmetros de desempenho - 9º mês |
| R1-17 | Parecer Técnico nº 209/2015/GEFOR/SUINF, de 02 de dezembro de 2015 (fls. 129/137v) - Parâmetros de desempenho - Trabalhos Iniciais |
| R1-18 | Parecer Técnico nº 058/2016/COINF-URMG/SUINF, de 06 de abril de 2016 (fls. 138/145) - Obras, parâmetros técnicos, de qualidade e de desempenho do PER |
| R1-19 | Memorando nº 197/2016/GEROR/SUINF, de 23 de dezembro de 2016 (fls. 2.378/2.380) - Verba de fiscalização |
| R1-20 | Parecer Técnico nº 040/GEROR/SUINF/2016, de 23 de dezembro de 2016 (fls. 2.384/2.429) - Bens reversíveis e cálculo de indenização |
| R1-21 | Memorando nº 002/2017/GEFOR/SUINF, de 02 de janeiro de 2017 (fls. 2.434/2.442) - Processos administrativos simplificados |
| R1-22 | Memorando nº 0258/2016/COINF-MG/SUINF, de 29 de dezembro de 2016 (fl. 2.445) - Obras, parâmetros técnicos, de qualidade e de desempenho do PER |
| R1-23 | Parecer Técnico nº 265/2016/COINF-MG/SUINF, de 22 de dezembro de 2016 (fls. 2.446/2.470) - Obras, parâmetros técnicos, de qualidade e de desempenho do PER |
| R1-24 | Parecer nº 00272/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 06 de fevereiro de 2017 (fls. 2.584/2.588v) - Processo Administrativo Ordinário |
| R1-25 | Parecer nº 00595/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 14 de março de 2017 (fls. 2.764/2.766) - Processo Administrativo Ordinário |
| R1-26 | Voto DSL nº 029/2017, de 15 de março de 2017 (fls. 2.768/2.772) - Processo Administrativo Ordinário |
| R1-27 | |  | | --- | | Relatório Final da Comissão Processante, de 04 de abril de 2017 (fls. 2.859/2.972) - Processo Administrativo Ordinário | |
| **Petição de 30.01.2020** | |
| R1-28 | Sentença proferida na ação ordinária nº 0012434-56.2017.4.015101 |
| **Manifestação conjunta da União e da ANTT em atendimento à OP 7** | |
| R1-29 | VALORES ATUALIZADOSMULTAS E VERBAS DE FISCALIZAÇÃO CASO GALVÃO – fev. 2021 |
| **Manifestação conjunta da União e da ANTT sobre processos adminsitrativos de aplicação de multas não quitadas e de verbas de fiscalização** | |
| R1-30 | Atualização de débitos - Multas e encargos\_legais |
| R1-31 | Atualização de débitos - Verbas de fiscalização |
| R1-32 | DESPACHO SUROD 6460284 |

1. Nesse sentido, o § 197 do Relatório Final da Comissão Processante é enfático ao asseverar que “*a título de indenização, em conformidade com o Parecer nº 01705/2016/PF-ANTT/PGF/AGU, não é possível promover o desconto de valores de multas decorrentes de infrações* ***ainda*** *em apuração ou* ***ainda*** *pendentes de análise de defesa ou recurso pela ANTT*”. [↑](#footnote-ref-2)